

A IMPOSIÇÃO DA LEITURA PELO TEXTO: CASOS DE HUMOR

Sirio Possenti (UNICAMP)  
(bolsista CNPq nº 303984/85-6)

Para Vera Aguiar, como eu a conheci:  
alegre. E que talvez não estivesse  
tanto, se ainda estivesse aqui.

Tem-se discutido com razoável intensidade ultimamente sobre o papel do texto e do leitor no processo de interpretação. Há propostas que argumentam em favor da existência de algum grau de literalidade, e outras que pretendem que um texto não passa de uma pista para a interpretação do leitor, cujo papel seria de certa forma predominante. As situações extremas que poderiam ser imaginadas para cada um destes pontos de vista seriam, respectivamente: a de um texto que fosse tão unívoco e explícito que não demandasse por parte do leitor nenhuma atividade cooperativa, apenas seu conhecimento linguístico; e, de outro lado, a de um leitor (ou comunidade de leitores) que pudesse impor a qualquer texto qualquer interpretação (ou, quem sabe, interpretar um texto inexistente...). Ambas as situações são provavelmente absurdas, pelo menos se se fala de textos em língua natural, sem a extensão abusiva dos termos "linguagem" e "texto" a outras formas de expressão. Uma posição provavelmente mais racional é aquela que propõe que há textos de variada natureza, cada um deles, ou cada tipo - se se conseguir demonstrar que há um certo número de textos que partilham de características comuns - exigindo o acionamento de diversos fatores, uns linguísticos e outros contextuais, sendo que o mínimo que se pode exigir de qualquer teoria sobre a questão é que especifique com clareza quais e de que natureza são esses fatores, e de cada interpretação que explicita quais as regras ou os mecanismos acionados para obtê-la. Por outro lado, é razoável exigir desta teoria, como de qualquer outra, que opere num nível mínimo de generalidade e que explicita de algum modo a articulação dos diversos fatores. Caso contrário, estar-se-ia recuando para o subjetivismo grosseiro do vale-tudo, sem nenhum lugar para uma teoria minimamente séria sobre qualquer aspecto da linguagem, ou, pelo menos, da interpretação.

Neste trabalho, assumo que, sem dúvida, existem textos que são muito abertos - destes não vou analisar nenhum - i. é, sobre os quais o leitor deve trabalhar para escolher entre diversas interpretações possíveis, mas há outros que lhe impõem uma e uma só leitura. Para argumentar que este segundo caso existe, vou servir-

me de textos humorísticos, por fornecerem uma boa prova, a possibilidade de controle. A possibilidade de controle, no caso, é a apreensão do efeito de humor; se tal efeito não se produz, não é "sacado", pode-se ter razoável certeza de que o texto não foi interpretado, pelo menos segundo ele o demanda. Talvez se pudesse deixar de lado conceitos como "intenção do locutor" para falar, parafraseando Foucault, de intenção do texto.

Analisarei, portanto, alguns textos que, se não interpretados da maneira demandada por eles, não produzem seu principal efeito, sendo, por isso, desautorizada qualquer outra leitura, pelo menos no contexto da produção de humor, sendo que esta pode ser considerada, se se quiser levá-la em conta, a intenção do falante ao contar a piada.

Apresentarei em primeiro lugar três piadas cujas partes podem ter sem dúvida mais de uma leitura, mas no seu todo só autorizam uma, pelo menos enquanto piadas, e tentarei argumentar, embora de forma intuitiva, que tal interpretação é comandada por regularidades linguísticas mais gerais e não por critérios ad hoc, embora eventualmente entre em jogo algum fator externo ao texto, se se entender que o texto é constituído apenas por sua materialidade meramente linguística (caso contrário, não se poderá falar de fatores externos ao texto). Considerem-se, pois, as seguintes piadas:

- (1) -Então o senhor sofre de artrite?  
-É claro! O que o senhor queria? Que eu desfrutasse de artrite, que eu usufruisse artrite, que eu me beneficiasse de artrite? .
  
- (2) -Desculpe, querida, mas eu tenho a impressão de que você quer casar comigo só porque eu herdei uma fortuna do meu tio.  
-Imagina, meu bem! Eu me casaria com você mesmo que tivesse herdado a fortuna de outro parente qualquer!
  
- (3) -Você tem aí quinhentos mangos pra me emprestar?  
-Não.  
-E em casa?  
-Tudo bem, obrigado.

No caso (1), obviamente, a pergunta é tomada pelo paciente como se incidisse apenas sobre "sofre", e não sobre "sofre de artrite", ou seja, é como se "artrite" fosse dado e apenas o verbo "sofre" fosse o escopo da pergunta, sem envolver seu argumento. Isso significa que, considerada a pergunta fora de qualquer contexto, ela teria, em princípio, mais de uma leitura, na verdade tantas quantas forem as possibilidades de se marcar o foco através de saliência fônica ou qualquer outro recurso alternativo. No caso de não haver nenhuma dessas marcas, isto é, de o enunciado ser produzido de forma não marcada, a leitura mais provável é aquela em que "artrite" é

tornado como o novo e o que antecede "artrite" no enunciado é tomado como o dado. O texto completo, no entanto, obriga o leitor da piada a considerar "sofre" como novo, mais exatamente, como foco, caso contrário não entenderá a razão da resposta nem por que se trata de uma piada. Seria, além de mau leitor, um sujeito sem humor.

No caso (1), a namorada faz de conta que, no enunciado do namorado, este tem intenção de destacar a palavra "tio", ou de fazer dela o único escopo da expressão "só"; sem esta leitura, o desmentido da namorada não tem sentido, pois é a "tio" que é oposta a expressão "outro parente qualquer".

Todo o efeito de humor é decorrente de que o primeiro falante escolhe um foco e a resposta é dada como se ele tivesse escolhido um outro. Isso pode ser obtido graças à indeterminação do escopo quando a categoria que o seleciona está posicionada no início de uma cadeia cujas partes todas tem potencialidade para ser alternativamente escopos. O procedimento malicioso de quem responde consiste em fazer como se o primeiro falante tivesse selecionado um escopo muito específico, sobre o qual incidirá a resposta. A tarefa do leitor/ouvinte é perceber a diferença entre a intenção do falante e a esperta seleção do interlocutor. O leitor que não "saca" isso não entende a piada. Neste sentido, pois, é que textos podem impor uma leitura única, mesmo que sejam, potencialmente, e às vezes por causa de razões sintáticas, ambíguos ou abertos.

Seria desnecessário observar, talvez, que estes não são procedimentos exclusivos de textos humorísticos, nem recursos linguísticos ou textuais raros, só acessíveis a falantes de alguma maneira especializados em algum tipo de texto. São, ao invés, procedimentos funcionais normais, apenas investidos, nos casos que vimos, de função humorística. Sirva para exemplo da não exclusividade ou não raridade destes mecanismos o seguinte diálogo entre um adulto e uma criança de 11 anos:

- A - Se você continuar fazendo isso eu não te dou mais os trocados que me sobram.
- C - Tá bom, então você me dá umas notas de mil.

no qual, obviamente, a resposta só tem sentido se seu autor opera como se a negação na sentença do adulto só se aplica a "trocados que me sobram", e que, portanto, o verbo "dar" não é negado. (Há outras coisas envolvidas, como a reorientação argumentativa e, na verdade, também uma certa "graça" nesta resposta).

O exemplo (3) é ainda mais interessante e sofisticado porque aciona mais de um tipo de fator, um deles idêntico ao acima estudado e outras estratégias que serão descritas a seguir.

Pode-se muito bem imaginar que a pergunta com "tem aí" incida, do ponto de vista de quem a faz, mais sobre "tem" do que sobre "aí". A resposta pode ser considerada a negação de todo o predicado ou como incidindo apenas sobre "aí". O primeiro caso permitiria a seu autor negar o empréstimo sem ser grosseiro, talvez na esperança de fazer com que o chato desista. Mas este não se dá por vencido e assume a

segunda interpretação da resposta, transformando-a na interpretação do interrogado à sua pergunta, e de certa maneira impondo-lhe esta interpretação. E continua perguntando, de uma forma que ele transformou em adequada e por isso sem violar princípios conversacionais que regem a continuidade discursiva, se ele tem quinhentos mangos em casa, uma vez que ele mesmo aceitou que "aí" seu interlocutor não os tem. Isto é, interpreta a resposta "não" como incidindo apenas sobre "aí", excluindo "tem quinhentos mangos". É só assim que faz sentido a pergunta "e em casa?". Mas o interlocutor não entra no jogo e desloca por sua vez a questão de um frame para outro. Ao invés de tornar a pergunta como se incidisse sobre elementos elípticos que poderiam ser reconstruídos como "E em casa você tem quinhentos mangos para me emprestar?" - leitura que parece ser a mais óbvia, senão a obrigatória, dado o contexto e a interpretação conferida ao texto até então pelos próprios personagens, já que não houve nenhuma indicação de mudança de tópico - toma a pergunta como se fosse uma pergunta ritual. É por isso que se pode analisar a sequência do diálogo em termos de mudança de frame. O interlocutor a quem é solicitado o empréstimo transforma a pergunta - em termos gramaticais - de pedido de empréstimo que era, caso em que permaneceria no mesmo frame, em pergunta sobre a situação e o estado de saúde das pessoas de sua casa, nitidamente um outro frame. Em resumo, transforma um pedido de empréstimo de dinheiro em pergunta sobre a situação de seus familiares. É claro que ele só pode fazer isso porque a pergunta, tal qual lhe é feita, permite "convencionalmente" que esta seja uma de suas interpretações.

De novo, tem-se aqui um texto composto por alguns enunciados breves, os quais são passíveis de várias interpretações, em si mesmos, e mesmo levando-se em conta alguns fatores contextuais e regras de tipo pragmático. No entanto, do ponto de vista do leitor da piada, uma única interpretação se impõe. Ou seja, a cada passo da leitura, o leitor é obrigado a deixar de lado alguma das possíveis interpretações, por ser incongruente em relação ao restante do texto.

O exemplo seguinte, embora acionando outro mecanismo, agora sintático, opera no fundo da mesma maneira, a saber: há um enunciado potencialmente ambíguo que se desambigua em seguida, impondo ao leitor da piada uma interpretação única. Veja-se:

- (4) - A coisa que mais gosto de fazer é acordar cedo e apertar a campainha para chamar o criado...  
- O que? Você tem criado?  
- Não! Criado, não. Eu tenho uma campainha...

Toda a estratégia desta piada consiste em que aparece, como primeira fala, um enunciado que contém um constituinte de relação ambígua. A expressão "para chamar o criado" pode relacionar-se com "apertar a campainha", caso em que será uma oração final, ou apenas com "campainha", caso em que será um adjunto adnominal. A dupla relação possível desta expressão com o que a antecede pode ser representada assim, paren-

teticamente:

(i) ... [apertar a campainha [ para chamar o criado ] ]

ou, alternativamente

(ii)... apertar a [campainha [para chamar o criado] ]

Como se vê, pode-se ter num texto um enunciado ambíguo, mas isso é diferente de dizer que se tem um texto ambíguo. Se se quiser tentar descobrir a intenção do falante, pode-se provavelmente apostar que o primeiro, ao enunciar seu primeiro enunciado, tem a intenção de produzir um em que a relação de "para chamar o criado" seja a de adjunto adnominal de "campainha". Eventualmente, pode-se apostar que ele produz de propósito um enunciado ambíguo para "pegar" o ouvinte, por saber que a relação mais normalmente estabelecida por "para" é com verbos e não com nomes, embora esta não seja uma impossibilidade, pois uma das funções dos adjuntos é exatamente a de especificar, na forma de predicção, a finalidade de um objeto. Mas é sem dúvida mais geral a utilização de "para" com outra função, principalmente se seguido de verbo, qual seja, a de indicar a finalidade de uma ação. Vê-se aqui em atuação uma das características mais típicas da indeterminação sintática das línguas naturais, a de utilizar uma mesma expressão para o estabelecimento de mais de uma relação.

De uma forma semelhante pode analisar-se esta outra piada:

(5) Foi quando chegou o amigo do Manuel e o convidou:

- Ó gajo. Estou a lhe convidaire para a festa de quinze anos de minha filha.
- Está bem, patricio. Eu irei. Mas ficarei no máximo uns dois anos...

O recurso indeterminado explorado aqui é a preposição "de", que, seguida de alguma expressão denotadora de tempo, pode claramente introduzir um adjunto expressando duração, como em "reunião de duas horas", por exemplo. Mas o "de", seguido de material semelhante, pode também marcar causa, como em "festa de quinze anos" na sua interpretação corriqueira. (Há certamente uma forte relação entre a duração de tempo marcada por uma expressão e fatores culturais ou habituais. Por exemplo, seria praticamente impossível pensar-se em uma reunião de quinze anos de duração, bem como numa festa de duas horas, no sentido de comemorar-se duas horas de vida ou de casamento ou de formatura de alguém.) Evidentemente, sendo esta uma das típicas piadas de português, tem como seu objetivo principal ser mais um argumento favorável à tese de sua burrice, que é aqui decorrentada pela total anormalidade de se pensar numa festa que dure quinze anos.

Argumentar que um texto impõe a seus leitores uma leitura única sob pena de não entenderem sua razão de ser não é a mesma coisa que dizer que o leitor é um receptor passivo de um texto, diante do qual só lhe resta a mera decodificação, isto é, o agenciamento puro e simples de seu conhecimento linguístico. Pelo contrário, e os exemplos analisados mostram isso claramente. Textos como os que vimos (deve haver numerosos outros semelhantes neste aspecto) têm sua própria estratégia de imposição de leitura, que consiste basicamente em apresentar ao leitor diversas possibilidades para em seguida impedir-lhe algumas. Eventualmente, haverá algum leitor que não entenda como piadas textos como os acima analisados e faça deles uma outra leitura. Poder-se-á no caso falar em leitura? Eu, por mim, diria que não.

(As piadas aqui analisadas foram extraídas de Sarrumor, L. Mil piadas do Brasil. São Paulo, Editora Clube do Livro, 1988).